



Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 10/03/2025



Poder Legislativo
Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

AVISO DE RATIFICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PIAPORA DO BOM JESUS

INEXIGIBILIDADE: Nº 002/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PIAPORA DO BOM JESUS

CNPJ: 49.721.541/0001-06

CONTRATADA: UNANIMA CONSULTORIA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE MARCAS LTDA.

CNPJ: 06.954.075/0001-98

OBJETO: Contratação de empresa de consultoria Branding especializada em desenvolvimento e implementação de um sistema de identidade institucional para Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus, abrangendo a criação de identidade visual e verbal, estratégias de comunicação e materiais institucionais.

VALOR: R\$ 31.280,00 (trinta e um mil duzentos e oitenta reais);

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02 meses.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros

JUSTIFICATIVA: De acordo com Parecer jurídico e declaração de notória especialização, ratifico a contratação por inexigibilidade, com base no artigo art. 74, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021 (Lei de Licitações), para Contratação de empresa de consultoria Branding especializada em desenvolvimento e implementação de um sistema de identidade institucional para Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus, abrangendo a criação de identidade visual e verbal, estratégias de comunicação e materiais institucionais.

Pirapora do Bom Jesus, 07 de Março de 2025. Francisco José Soldado – Presidente.



PREFEITURA DE PIAPORA DO BOM JESUS
Estado de São Paulo

LEI Nº 1.343 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2.025.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE 2025"

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito Municipal de PIAPORA DO BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Poder Legislativo, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), nos termos da Lei nº 1.338/2024.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESPECIFICAÇÃO	DR	VALOR
01.04.01	PODER EXECUTIVO		
04.102.0021.2081	SECRETARIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
3.1.90.11.00	GESTÃO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	01.110.0000	180.000,00
3.1.90.13.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	01.110.0000	40.000,00
01.10.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
04.102.0021.2082	GESTÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	01.110.0000	180.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	01.110.0000	40.000,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	01.110.0000	200.000,00
TOTAL			400.000,00

Art. 2º - O remanejamento e transposição de que trata o artigo 1º será coberto por recursos a que alude o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultados de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, ou créditos adicionais, autorizados em lei, assim especificados:

	Dotação Inicial	Alter. Orçament.	Dotação Atual
PODER LEGISLATIVO			
CÂMARA MUNICIPAL			
ATIVIDADES LEGISLATIVAS			
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1.028.000,00	700.000,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.000,00	200.000,00



PREFEITURA DE PIAPORA DO BOM JESUS
Estado de São Paulo

3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - PATRONAIS	100.000,00		100.000,00
3.1.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	72.000,00		72.000,00
3.1.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	41.000,00		41.000,00
3.1.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	600.000,00		600.000,00
3.1.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E C	200.000,00		200.000,00
4.4.90.61.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	400.000,00		400.000,00
4.4.90.62.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL INFORMÁTICO	200.000,00		200.000,00
		3.704.000,00	-33.333,33	3.264.666,67
	Dotação Mensal	266.748,63		276.467,49

Art. 3º - Ficam modificados os Programas e Ações Governamentais constantes da Lei Municipal nº 1333, de 18 de julho de 2024, que "ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de acordo com os Anexos do TCE-SP, Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos, Unidades Execucionais e Ações voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental, Anexo de Metas Fiscais, constituídos pelos demonstrativos de Metas Anuais e Metas Fiscais, consolidados com as Fxativas nos treze Exercícios Anteriores, além do Anexo de Riscos Fiscais, todos constantes de anexos a esta Lei.

Art. 4º - Ficam convalidados no Plano Plurianual (PPA) do Município de Pirapora do Bom Jesus para o período de 2022 a 2025, aprovados pela Lei Municipal nº 1229 de 27 de dezembro de 2021, a estrutura orçamentária contida nesta Lei, bem como seus valores, conforme disposto nos anexos constantes do artigo 1º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 25 de fevereiro de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

Publicada no DOM de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal nº 1.270 de 30 de junho de 2023.

JOÃO BOSCO VIEIRA DA SILVA JÚNIOR

Procurador-Geral



PREFEITURA DE PIAPORA DO BOM JESUS
Estado de São Paulo

LEI Nº 1.344 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2.025.

"AUTORIZA APLICAÇÃO DE MULTA PARA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PIAPORA DO BOM JESUS EM DECORRÊNCIA DA INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, usando das atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º, Autoriza a aplicação de multa à concessionária pela interrupção do serviço de fornecimento de água ao consumidor residente no município de Pirapora do Bom Jesus, segundo os critérios abaixo adotados:

I- Falta de água insuficiente para atendimento da população;

II- Falta de água decorrente da manutenção da rede sem aviso prévio da população com antecedência mínima de 24 horas;

III- Interrupção do serviço de atendimento ao consumidor disponível 24 horas diariamente independentemente de qualquer motivo;

Art. 2º, O valor da multa é correspondente ao valor médio mensal dos últimos 12 (doze) meses faturado para o consumidor, proporcional aos dias que ocorrer a interrupção do serviço, de acordo com a seguinte fórmula:

MULTA = VALOR DO CONSUMO MÉDIO DOS ÚLTIMOS 12 MESES DIVIDIDO POR 30 MULTIPLICADO PELO NÚMERO DE DIAS COM INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO.

§ 1º, A multa é calculada mensalmente devendo ser paga para ao consumidor até o dia 15 de cada mês, de acordo com o artigo 1º, inciso I, II e III do artigo 1º na forma de desconto na fatura do consumo de água do mês subsequente.

§ 2º, Os eventos de interrupção dos serviços ocorridos em até 72 (setenta e duas) horas antes da emissão da fatura de consumo de água do mês subsequente, será considerado na próxima fatura;

§ 3º, A multa é acumulative na ocorrência dos eventos previstos nos incisos I, II e III do artigo 1º desta lei.



PREFEITURA DE PIAPORA DO BOM JESUS
Estado de São Paulo

Art. 3º, A fornecedora fica isenta da multa prevista pela interrupção do serviço de água no município de Pirapora do Bom Jesus nos seguintes casos:

I- Interrupção do serviço que não ultrapasse 3 (três) horas consecutivas;

II- Interrupção do serviço de abastecimento provocado por danos à estrutura física do sistema de abastecimento de água causados por terceiros;

Art. 4º, A detentora dos serviços de fornecimento de água fica obrigada a publicar, por meio eletrônico, mapas dos pontos onde não houve o fornecimento do serviço, com atualização diária;

Parágrafo Único, Esta informação deve ser disponibilizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei;

Art. 5º, Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos anteriores e de comunicação à empresa concessionária e a ADESP, nos casos em que o abastecimento de água não seja restabelecido em até 36 (trinta e seis) horas, salvo a ocorrência de caso fortuito ou motivo de força maior devidamente justificados, a fatura a concessionária sujeita à multa diária de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a serem recolhidas para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e de Infraestrutura - FMSAI, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 188 de 22 de outubro de 2.015;

Art. 6º, Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias;

Pirapora do Bom Jesus, 24 de fevereiro de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

Publicada no DOM de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal nº 1.270 de 30 de junho de 2023.

JOÃO BOSCO VIEIRA DA SILVA JÚNIOR

Procurador-Geral



PREFEITURA DE PIAPORA DO BOM JESUS
Estado de São Paulo

LEI Nº 1.345 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2.025.

"ESTABELECE DIRETRIZES PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO POR EMPRESAS PERMISSOARIAS E CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE PIAPORA DO BOM JESUS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º, Estabelece a iniciativa que as empresas permissonárias e concessionárias de serviços públicos, quando realizarem serviços de manutenção de seus equipamentos no subterrâneo das vias públicas no município de Pirapora do Bom Jesus, cuja execução demandar recapeamento deverão sob pena de multa coadecor aos seguintes critérios:

I - Executar fresa do pavimento em uma largura de 50 cm (cinquenta centímetros) propiciando o nivelamento da rua de modo a evitar depressões e lombadas;

II - Preencher a vala com material adequado executando a compactação conforme norma técnica estabelecida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

III - O poço de visitas da galeria que estiver nos limites do estabelecido no item I, deverá ficar nivelado com a superfície asfáltica;

Diário Oficial

2025 | Edição nº 24/2025



**PIRAPORA
DO BOM JESUS**
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 10/03/2025



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

IV - Executar todo reparo com sinalização na área envolvida no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo único. Estabelece ainda, que o descumprimento dessa lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) VRM's - Valores de Referência Municipal, por dia de atraso.

Art. 3º. Os critérios para a execução e reparação de pavimentos, de concreto e articulados danificados por obras de infraestrutura urbana executadas em todas as vias públicas pelas permissionárias e concessionárias de serviço público, serão regulamentadas por decreto do executivo.

Art. 4º. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Pirapora do Bom Jesus, 24 de fevereiro de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal

Publicada no DOM de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal nº 1.270 de 30 de junho de 2023.

JOÃO BOSCO VIEIRA DA SILVA JÚNIOR
Procurador-Geral



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

LEI Nº 1.346 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, ressarcir de forma pecuniária a Prefeitura, diante de convênio celebrado com a SABESP, pelos danos causados nos asfaltos e/ou calçadas e dá outras providências".

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Pirapora do Bom Jesus, diante de convênio celebrado com a SABESP, cobrar de forma pecuniária por todos os danos causados no asfalto e/ou calçadas pela SABESP.

§ 1º - O ressarcimento só será obrigatório caso o reparo do asfalto e/ou calçada feito pela SABESP ou empresa por ela contratada não seja realizado a contento, retornando o asfalto e/ou calçadas no estado original e transitável.

§ 2º - O valor do ressarcimento deverá ser equivalente ao dano causado, sendo esse suficiente para repará-lo.



**PREFEITURA DE
PIRAPORA DO BOM JESUS**
Estado de São Paulo

Art. 2º. O valor que será ressarcido a Prefeitura deverá ser totalmente aplicado no reparo do asfalto e/ou calçada.

Art. 3º. O Poder Executivo por meio dos órgãos competentes será responsável pela cobrança e aplicação dos valores recebidos.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

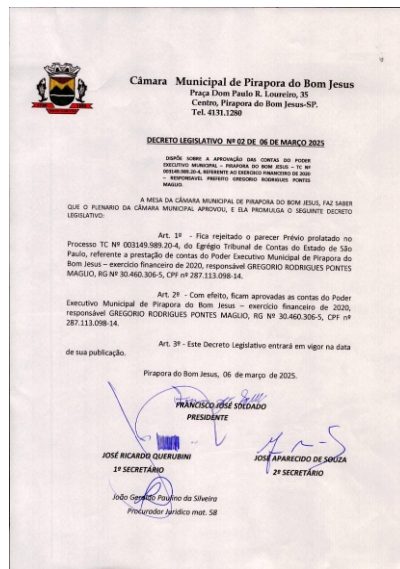
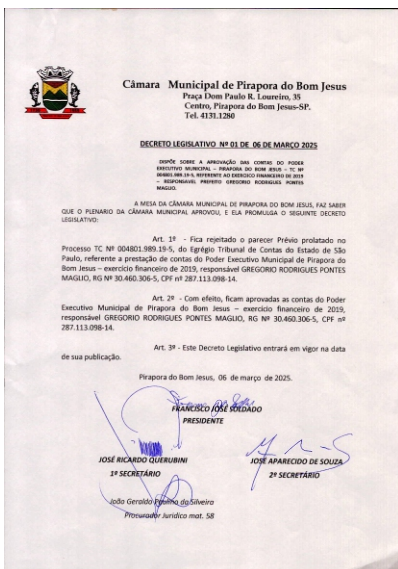
Pirapora do Bom Jesus, 24 de fevereiro de 2025.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
Prefeito Municipal

Publicada no DOM de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal nº 1.270 de 30 de junho de 2023.

JOÃO BOSCO VIEIRA DA SILVA JÚNIOR
Procurador-Geral

1901



Pirapora do Bom Jesus-SP, 10 de março de 2025

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

**JOAO
BOSCO
VIEIRA DA
SILVA
JUNIOR**

Assinado digitalmente por JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB, OU=43419613000170, OU=Certificado Digital, OU=Assinatura Tipo A3, OU=ADVOGADO, CN=JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025-03-10 16:50:32
Foxit Reader Versão: 9.2.0

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.